

Como garantir o acesso das mulheres na política

No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão

Vários coletivos feministas, entre eles o movimento #MulheresNegrasDecidem, juntamente com o Ministério Público de São Paulo, construíram 2 (dois) projetos de leis, que têm como objetivo garantir que mulheres possam acessar os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais e vereadoras, possibilitando que façam parte dos processos de tomada de decisão nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e nas Câmaras de vereadores.

[\(Carta Capital, 17/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Atualmente, a Câmara dos deputados, por exemplo, tem 513 cadeiras, sendo apenas 77 ocupadas por mulheres.

O cenário é ainda pior quando verificamos que dessas 77 cadeiras, apenas 13 são ocupadas por mulheres negras, sendo 9 autodeclaradas pardas e 4 autodeclaradas pretas.

É fato que a Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) prevê as cotas eleitorais de gênero, mas “apenas” para as candidaturas, garantindo uma certa falsa igualdade na disputa e sem garantir igualdade de resultado.

Isso porque se os partidos não se comprometem a alavancar as candidaturas de mulheres, ou seja, se não decidem investir nas campanhas das mulheres candidatas e continuam investindo majoritariamente nas campanhas de homens brancos cis, dificilmente mulheres candidatas serão eleitas.

A política pública que prevê as cotas eleitorais de gênero não impede,

inclusive, que partidos políticos vitimizem mulheres lançando suas candidaturas para cumprir as cotas mas usando-as como candidaturas laranjas.

Ao contrário dos que pretendem derrubar essa política pública alegando essa possibilidade, de um certo modo pretendendo culpabilizar as vítimas, que no caso são as mulheres, há que se promover formas de impedir essas fraudes, e para além disso formas de concretizar o espírito dessa política que é fazer com que mulheres acessem o campo político e possam ser sujeitas nos processos de tomada de decisões.

Um dos Projetos de Lei tem o objetivo de alterar a Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, para que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de vagas para deputados(as) federais, estaduais e distritais sejam reservadas para mulheres, sendo a metade dessa reserva destinada para mulheres negras.

Essa reserva de metade para mulheres negras está sendo proposta tendo em consideração que mulheres negras são mais que 27% da população brasileira, em que pese sejam apenas 13 mulheres na Câmara dos Deputados, por exemplo.

Mais de 27% da população brasileira significa o maior grupo demográfico brasileiro, que pelos números aqui apresentados apontam para uma sub-representação em nível alarmante, um déficit democrático que precisa ser urgentemente reparado.

Inclusive, esse é o debate que o movimento Mulheres Negras Decidem-MND faz enquanto movimento de mulheres negras comprometidas com o reposicionamento de temas da agenda pública e pesquisas centradas em dados, para além de oferecer formação política para mulheres negras.

Além disso, como nos ensinou Lélia Gonzalez, a categoria mulher não deve ser pensada como universal. Vejamos:

No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão

Vários coletivos feministas, entre eles o movimento #MulheresNegrasDecidem, juntamente com o Ministério Público de São Paulo, construíram 2 (dois) projetos de leis, que têm como objetivo garantir que mulheres possam acessar os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais e vereadoras, possibilitando que façam parte dos processos de tomada de decisão nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e nas Câmaras de vereadores.

Atualmente, a Câmara dos deputados, por exemplo, tem 513 cadeiras, sendo apenas 77 ocupadas por mulheres.

O cenário é ainda pior quando verificamos que dessas 77 cadeiras, apenas 13 são ocupadas por mulheres negras, sendo 9 autodeclaradas pardas e 4 autodeclaradas pretas.

É fato que a Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) prevê as cotas eleitorais de gênero, mas “apenas” para as candidaturas, garantindo uma certa falsa igualdade na disputa e sem garantir igualdade de resultado.

Isso porque se os partidos não se comprometem a alavancar as candidaturas de mulheres, ou seja, se não decidem investir nas campanhas das mulheres candidatas e continuam investindo majoritariamente nas campanhas de homens brancos cis, dificilmente mulheres candidatas serão eleitas.

A política pública que prevê as cotas eleitorais de gênero não impede, inclusive, que partidos políticos vitimizem mulheres lançando suas candidaturas para cumprir as cotas mas usando-as como candidaturas laranjas.

Ao contrário dos que pretendem derrubar essa política pública alegando essa possibilidade, de um certo modo pretendendo culpabilizar as vítimas, que no caso são as mulheres, há que se promover formas de impedir essas fraudes, e

para além disso formas de concretizar o espírito dessa política que é fazer com que mulheres acessem o campo político e possam ser sujeitas nos processos de tomada de decisões.

Um dos Projetos de Lei tem o objetivo de alterar a Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, para que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de vagas para deputados(as) federais, estaduais e distritais sejam reservadas para mulheres, sendo a metade dessa reserva destinada para mulheres negras.

Essa reserva de metade para mulheres negras está sendo proposta tendo em consideração que mulheres negras são mais que 27% da população brasileira, em que pese sejam apenas 13 mulheres na Câmara dos Deputados, por exemplo.

Mais de 27% da população brasileira significa o maior grupo demográfico brasileiro, que pelos números aqui apresentados apontam para uma sub-representação em nível alarmante, um déficit democrático que precisa ser urgentemente reparado.

Inclusive, esse é o debate que o movimento Mulheres Negras Decidem-MND faz enquanto movimento de mulheres negras comprometidas com o reposicionamento de temas da agenda pública e pesquisas centradas em dados, para além de oferecer formação política para mulheres negras.

Além disso, como nos ensinou Lélia Gonzalez, a categoria mulher não deve ser pensada como universal. Vejamos:

“É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existente no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica - racial e sexual - faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua

grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano.”

Já o outro Projeto de Lei propõe que o peso de ponderação na divisão de verba eleitoral (recebida pelos partidos políticos e ou coligações advindas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) destinada aos(as) candidatos(as) nos anos eleitorais) seja de 2.0 para mulheres e 1.0 para homens nas candidaturas para a Câmara dos(das) Deputados(das) e também nas candidaturas para o Senado Federal.

Como o papel dos partidos possui muita relevância para que candidatos(as) sejam eleitos(as), já que o poder de distribuir a verba eleitoral para as campanhas fica nas mãos da direção dos partidos, atribuir peso maior para as candidaturas de mulheres poderá fazer com que o padrão de comportamento dessas diretorias na divisão da verba eleitoral deixe de reproduzir a exclusão de gênero que ocorre fora do campo político.

Estamos diante de um cenário que precisa ser modificado. No Ranking Mundial de Desigualdade de Gênero na Política, o Brasil está abaixo de países como o Afeganistão, que é um país com tradição de grande restrição de direitos para mulheres.

Trata-se de um momento ímpar da luta dos movimentos feministas em prol da implementação da igualdade de representação no campo político, inclusive se considerado o atual momento de investidas em retrocessos com ataques a direitos das maiorias que historicamente são minorizadas.

Com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para o debate a respeito do tema, no dia 20 de setembro de 2019, as 8:30 horas, no prédio sede do Ministério Público de São Paulo, situado na rua Riachuelo, nº 115, Auditório Queiroz Filho, acontecerá um evento para dar visibilidade a importante iniciativa de promoção da igualdade prevista em nossa Lei Maior.

Para participar do evento é preciso fazer inscrição através do link bit.ly/plmulheresnapolitica

A luta pela sobrevivência da frágil democracia e ainda para que ela seja aperfeiçoada exige um comprometimento de todas e todos. A igualdade de

gênero na política é também sobre isso.

É preciso estarmos atentos(as) e fortes, porque as conquistas históricas jamais caíram dos céus e tampouco nos deram por benevolência aqueles que sempre estiveram pretendendo manter o status quo de dominação.

Por Laura Astrolabio

‘Feminicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens’

A advogada afro-americana Patricia Sellers é especialista em gênero no Tribunal Penal Internacional, onde ajudou a julgar casos históricos de estupro

[\(O Globo, 11/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A advogada criminal internacional, assessora especial para **gênero** no Tribunal Penal Internacional (TPI) e professora da Universidade de Oxford, Patricia Sellers, viveu no Brasil na época da redemocratização e sentiu “os ventos da democracia”. Na Europa, atuou em casos importantes no TPI, trabalhando pelo reconhecimento do **estupro** como crime contra a **Humanidade** e crime de genocídio.

Nesta semana, voltou ao Rio de Janeiro para participar do colóquio “Legislação antirracista: ensino e pesquisa”, direcionado a estudantes de Direito e que terminou nesta terça-feira, e conversou com O GLOBO sobre racismo, feminismo, estupro e democracia.

Você passou três anos no Brasil. Como foi a experiência?

Foi muito interessante porque pude comparar e ver similaridades entre o Brasil e a América. As principais semelhanças entre norte-americanos, latino-americanos e caribenhos é que essas terras eram habitadas pelos povos indígenas, com civilizações e cidades como Cuzco e Machu Picchu. A comida reflete isso. Já a influência africana na nossa cultura gerou a música soul, o samba e o jazz. O que também temos em comum foi não ter dado poder econômico e político para esses indígenas, ter tido trabalho escravo dos negros, e descendentes deles, que viveram formas legais de apartheid e formas sociais de discriminação que persistem até hoje.

Como é esse apartheid social?

Nos EUA, antes de 1967, o casamento interracial era ilegal, as pessoas não podiam viver em certas áreas nem ser admitidas em certas escolas, isso é uma discriminação legal. Mas depois ficou a discriminação social. Tem uma expressão interessante aqui no Brasil que é “o lugar do negro”, certos lugares em que você não espera ver negros. Pode não ser ilegal nos livros, mas há uma discriminação social. Quando a escravidão foi abolida, as descendentes nas áreas urbanas viraram empregadas em casas de famílias ricas, e aqui no Brasil eu vejo isso. Eu sou da segunda geração de universitárias, minha mãe era professora. Nos EUA, as negras podiam ser professoras ou enfermeiras, eram as profissões aceitas, não médicas, advogadas. Quando vivi aqui, via as descendentes passeando com os cachorros dos patrões às 7h e os trabalhadores da praia majoritariamente negros.

A senhora frequentou uma universidade de Direito que seria “historicamente negra”. No Brasil não temos isso. Temos uma política de cotas raciais. Como a senhora avalia o acesso à educação?

Nós também temos cotas nas universidades tradicionalmente brancas, para negros, latinos, já tivemos para judeus. A maioria das universidades é branca, mas algumas são historicamente negras, como Howard, Lincoln, Bennett College. Aqui vocês ainda discutem o sistema de ações afirmativas. Nos EUA tinha a combinação das duas coisas. Se eu acho que

funcionam? No geral, sim. Se eu acho que tem problemas? Sim. Nos EUA, as ações afirmativas sempre foram atacadas. Se uma pessoa negra tira o lugar de uma branca, dizem que não é justo. Bom, não perguntaram se era justo eu dar 300 anos de trabalho não remunerado. Não estou tirando o lugar de alguém, estou ganhando um retorno muito pequeno após gerações que não ganharam nada. Um monte de gente vai às universidades, e não são necessariamente os melhores, mas porque os pais frequentaram, ou avós, então esse legado é como um ponto extra. É um tipo de ação afirmativa, mas ninguém nunca viu isso como uma vantagem a ser questionada, que a outra pessoa devia ter o mesmo direito.

Como a senhora vê a questão do feminismo negro? É possível haver um movimento que contemple todas as mulheres?

Algumas mulheres tentam fazer como se o movimento feminista fosse completamente universal, e não é. As mulheres brancas pensam que falam pelas mulheres de forma geral, mas sabemos que não é verdade. Como o feminismo afeta uma mulher que trabalha num estado pobre e rural? É preciso ver a situação econômica, geográfica, racial, e ter certeza que esse feminismo incorpora a minha experiência, mesmo que falemos de discriminação contra as mulheres como um todo. Acho que incorporar experiências políticas e emocionais variadas enriquecem o feminismo. Um feminismo interseccional porque a sociedade tem intersecções.

Dou um exemplo: em muitos lugares do mundo, nos anos 1970 e 1980, havia um movimento grande sobre violência doméstica. Na mesma época, as mulheres negras, não importa se do Brasil, dos EUA ou de uma casta na Índia, eram estupradas, abusadas ou apanhavam da polícia. Mas isso não entrava como uma questão essencial de violência contra a mulher — hoje é mais. Então, a questão que se colocava era: como essa violência tão constante contra as mulheres negras pode não ser uma coisa fundamental, não que a violência doméstica não seja importante, mas como falamos da violência na esfera privada enquanto ela acontece na esfera pública, institucional? Isso nunca foi um assunto principal.

Como chegou ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia?

Quando fui à Bélgica com meu marido soube do Tribunal Internacional para Iugoslávia e fiquei animada em poder voltar ao direito criminal. Os promotores acabaram me chamando e pediram que eu me juntasse a eles como defensora pública, já tinha experiência com questões femininas por causa do Brasil. Foi assim que entrei na área criminal internacional e me pediram particularmente para trabalhar com a parte de violência sexual. A estimativa é de que tenham ocorrido mais de 20 mil estupros na guerra da Iugoslávia. Na época, a rede CNN mostrava fotos da guerra, o movimento feminista era muito mais global e questionava as Nações Unidas sobre os direitos femininos, olhando para a situação das mulheres nos países em guerra. Trabalhei desenvolvendo estratégias legais para trazer esses casos, como Kunarac (a primeira vez em que estupro foi tratado como um crime contra a humanidade), à corte.

Depois veio Ruanda.

Sim, oito meses depois, Ruanda teve o genocídio e o mesmo promotor assumiu e eu me tornei conselheira de gênero para Ruanda. Trabalhei no caso Akayesu, relacionando violência sexual com genocídio (esse foi o primeiro caso em que o estupro foi considerado uma forma de genocídio). Assim eu comecei nessa área do Direito e trabalho com isso há 30 anos, fazendo consultorias, dando aulas e aconselhando cortes criminais.

Esses casos foram marcantes no entendimento do estupro como algo criminoso numa guerra. Como ocorreu essa transformação?

O que eu gostaria de dizer primeiro é que o estupro é um crime de guerra há centenas de anos. No começo do século XIX, começaram a falar de honrar a família, que era uma referência à violência sexual. Então é falso dizer, adoraria receber o crédito, que o estupro virou crime de guerra nas cortes de 1990. Nos textos do Julgamento de Tóquio (1946-1948), você tem que parar, fechar o livro e respirar, porque é cheio de estupros, é estupro demais, centenas e centenas. Nos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) não tinha a palavra estupro, usavam vários eufemismos. Se entende o que o julgamento diz, há muitas evidências de estupro, mas havia um entendimento de que os crimes de guerra são terríveis então como lidar com cada um, como estabelecer categorias. Então pelas bases legais incluíram violência sexual e

estupro numa categoria de Tratamento Desumano, que englobava estupros, forçar prostituição, abusos de prisioneiras etc.

Em 1994, no Tribunal da Iugoslávia, tínhamos que procurar uma nova abordagem. “O que você quer? Acontece na guerra.” Sim, acontece na guerra e é crime. Se você olhar nos Protocolos da Convenção de Genebra de 1977 falam explicitamente de estupro. Mas, nas Convenções de 1949 (tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra) não havia isso explícito. Então eu tive que criar a estratégia legal para lidar com violência sexual.

Como julgar um crime sem que exista uma palavra para defini-lo?

Tem que entender o que as palavras diziam em cada época. Em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos resolveram que iriam julgar crimes de guerra. Fizeram uma lista de 32 crimes. Sabe qual era o quarto na lista? Estupro. Ninguém precisava dizer, mas todos sabiam que aquele ato era crime. Em 1949 as Convenções de Genebra não usam a palavra, mas você lê nas entrelinhas, o tratamento desumano a mulheres. Em 1929, os alemães, que haviam perdido a guerra, propuseram acrescentar uma frase nas convenções: “mulheres que sejam prisioneiras de guerra devem receber toda consideração pelo seu gênero”. Uma sentença interessante. O que quer dizer? “Parem de estuprar as prisioneiras.” Em 1945, em todas as Convenções, aparecia essa frase. Agora, depois de tantas Convenções, temos estupro, forçar prostituição, abuso sexual etc. De qualquer forma tudo é proibido.

Em 1994, eu decidi depois de fazer toda essa pesquisa que aquela conduta poderia ser julgada. A estratégia legal na Iugoslávia era investigar violência sexual, julgar e categorizar. Em Kunarac, e é famoso por isso, categorizei como violência sexual e escravidão. Ou seja, escravidão não é só trabalhar na plantação, mas tendo bebês para seus ‘donos’, se tornando escrava sexual ou ama de leite. Em Kunarac, essas mulheres da Iugoslávia de 13 a 35 anos foram mantidas num pequeno grupo que eram mantidas presas e eram levadas com esses homens que tinham acesso a elas para sexo.

No caso Akayesu, em Ruanda, muitas mulheres eram estupradas e logo

depois mortas, outras não. O genocídio em Ruanda era composto basicamente por dois atos: matar e estuprar. Para haver o crime de genocídio você não precisa morrer, o primeiro ato num genocídio é matar, o segundo é criar forte dor a um membro do outro grupo, e essa definição pode servir para tortura. E violência sexual é tortura. Essa foi a estratégia.

O estupro na guerra vai além do aspecto sexual, podendo ser uma forma de punição, de poder, de fazer filhos. Dá para estabelecer esses limites?

Depende das circunstâncias. Na Iugoslávia havia rumores de campos de estupro para mulheres para ter bebês. Não achamos evidências disso, havia mulheres que eram estupradas e acabavam grávidas, mas não necessariamente elas eram mantidas escravas para ter filhos. No Camboja casais eram obrigados a ter relações porque eles queriam bebês, aí você vê a violência sexual contra a mulher e homem para produzir filhos para o grupo. Em Uganda, a milícia força meninas a viajar com ela para serem escravas sexuais e às vezes os bebês viravam parte da milícia. Há muitas razões diferentes, mas isso não necessariamente muda o fato de que eles decidiram cometer o ato e cometeram um crime de guerra.

A senhora vê essas situações se repetirem hoje?

Sim, isso ainda acontece hoje. O que me vem primeiro à cabeça é o Estado Islâmico e as mulheres yazidis, que são escravas sexuais. Elas são levadas ainda crianças e ficam com um combatente e quando ele morre ela ganha outro “marido” combatente.

Aqui no Brasil as mortes de mulheres pelos parceiros passaram a ser chamadas de feminicídio. Dar um nome específico à morte de mulheres ajuda no combate?

A América Latina está criando esse crime em que as mortes são classificadas como crimes de gênero. Agora na França, oito mulheres foram mortas assim neste ano, no Reino Unido já tivemos casos. A América Latina entendeu e, a Europa agora, que não é só mais uma morte individual. São mortes articuladas que fazem parte de um movimento. Isso coloca esses

crimes num contexto social. É um fenômeno sociológico. Bom, tem uma lei, vamos investigar. Mas não é só uma questão de lei. O Estado tem a obrigação de mudar a cultura dos homens, as instituições têm que fazer essa mentalidade mudar para que esses crimes parem.

Como está sendo voltar ao Brasil no momento em que várias organizações reclamam das posições do governo sobre direitos humanos?

O que eu gostaria de dizer é que há muitas décadas o Brasil estava muito excitado sobre a volta da democracia, havia uma animação no ar, os ventos da democracia. Eu venho da Filadélfia, uma cidade de contradições que teve a declaração de independência. E esse texto fala em “nós”. Mas quem era esse “nós”? Não queria dizer índios, escravos, mulheres... Precisamos sempre fortalecer a ideia do “nós”. Hoje contemplamos pessoas com deficiência, transgêneros. Há momentos em que o entendimento da democracia passa pela definição de quem é o “nós”. E quem queremos ser?

Por Constança Tatsch

Desafios da encruzilhada democrática, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos

Temos que fortalecer o ativismo e batalhar por novas lideranças

[\(Folha de S.Paulo, 29/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Quando essa coluna chegar a você, (e)leitores e (e)leitora, já teremos feito história e decidido quem irá liderar o país pelos próximos anos. Escrevemos ainda sem saber o desfecho. Mas há muito já está dado.

Sabemos que o país está diante de uma encruzilhada. Somos uma sociedade racista, machista, conservadora. Mas podemos deixar de sê-lo. Podemos caminhar com maior ou menor celeridade para um novo normal.

O resultado dessas eleições dirá muito sobre o tamanho da tarefa que recai sobre os ombros do movimento de mulheres, do movimento negro e demais movimentos sociais. Como diz a referência máxima do feminismo negro Angela Davis, não devemos transferir para o governo a responsabilidade de operar transformações que só movimentos sociais conseguem conquistar — independentemente de quem esteja no governo.

Sabemos também que a encruzilhada posta diante de nós não é exclusivamente nossa. O mundo está diante de encruzilhadas semelhantes que ganham nuances específicas em cada conjuntura, em cada contexto. O neoliberalismo deu as mãos, pelo mundo afora, a um liberalismo obscurantista, parindo novas versões embrutecidas e autoritárias do conservadorismo. É assim na Hungria de Orban. Nas Filipinas de Duterte. Na América de Trump.

Pelo globo, vemos uma pandemia de conservadorismo que flerta com o fascismo em todo o canto. E que articula, em todos os casos, um discurso hostil aos movimentos sociais e às minorias. Um discurso que relativiza violações de direitos. Um discurso que pode não desaguar sempre na constituição de regimes ditatoriais, mas está sempre intimamente e sem pudor compactuando com processos assustadores de desdemocratização.

Repaginado, esse conservadorismo se apresenta para nós com tempero brasileiro e seduz um número escandaloso de pessoas. Independentemente do resultado das urnas que ainda não conhecemos ao escrever, sabemos isso: será preciso que democratas progressistas se dediquem a três desafios.

Primeiro, teremos que fortalecer nossa capacidade de trabalhar em conjunto pelo comum. Fortalecer o associativismo. Investir na nossa capacidade de construir coletivos que defendam territórios livres, onde possamos debater e propor alternativas para que nossa sociedade transcenda sua condição conservadora e avance rumo à igualdade.

Segundo, teremos que, cada vez mais, batalhar pelo surgimento de novas lideranças —em especial aquelas cujos corpos são os mais vulneráveis: mulheres, homens e mulheres negros, indígenas. Aquelas e aqueles que um dos candidatos à Presidência chama de adeptos do “coitadismo”.

Teremos que mostrar, ganhando ou não aquele que cunhou esse termo trágico, que não existe coitadismo. Existe luta. Existe gente que trabalha pela redução das desigualdades. E que dará muito trabalho nos varrer do país ou nos prender. Somos muitas. Muitos. E juntas e juntos somos gigantes. Precisaremos, enfim, de novos quadros políticos qualificados que renovem o sentido de noções tão maltratadas no Brasil hoje. Como democracia. Ou representatividade.

Terceiro, teremos que trabalhar junto às instituições para que esse conservadorismo repaginado não dite uma era de retrocessos. Precisaremos repactuar aquilo que nossa sociedade considera inegociável. Os ganhos que os 30 anos de democratização nos legaram. E trabalhar para que os ganhos sejam irreversíveis.

Essa é a lição de casa que temos que fazer. Sem isso, tanto faz quem ganha eleições. Não conseguiremos imaginar novos futuros. E perderemos todas e todos.

***Antonia Pellegrino** é escritora e roteirista. **Manoela Miklos** é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.*

Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres

Lei fundamental representou grandes progressos na igualdade de direitos e abriu caminho para legislações voltadas aos crimes contra a mulher, como a

Maria da Penha. Mas para isso foram necessários pressão e empenho.

[\(DW, 05/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, estabelece o artigo 5º da Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, há 30 anos.

Parece óbvio para os tempos atuais, mas a frase representa uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras. “A Constituição de 1988 é a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil”, afirma a socióloga e feminista Jacqueline Pitanguy.

Apesar de não ser colocado em prática em sua totalidade, o atual texto constitucional trouxe importantes avanços para as mulheres, tendo mudado radicalmente o status jurídico das brasileiras, que até 1988 estavam em posição de inferioridade e submissão em relação aos homens.

“Conseguimos conquistas em várias áreas. No capítulo da família, por exemplo, conseguimos eliminar a figura do homem como chefe da relação conjugal”, afirma Pitanguy. “No âmbito da violência, afirmamos que era dever do Estado coibir a violência intrafamiliar, o que forneceu a base para que se formulasse a Lei Maria da Penha.”

Aprovada em 2006, a Lei Maria da Penha é considerada pelo Banco Mundial referência global no combate à violência contra a mulher no ambiente familiar e doméstico.

Pitanguy fala “conseguimos” porque foi uma das responsáveis pelas conquistas na Constituição de 1988. Como presidente do então recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM), ela coordenou a campanha nacional Mulher e Constituinte, que uniu mulheres de diversos setores da sociedade para debater quais direitos a Constituição deveria contemplar.

“O CNDM fez um trabalho ininterrupto de 1985, antes da eleição para a Assembleia Constituinte, até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Durante quatro anos, minha vida esteve diretamente ligada ao

processo constituinte”, lembra a socióloga.

Por 20 meses, o CNDM pediu a mulheres de todo o país que enviassem propostas que gostariam de ver na Constituição. “Numa época sem internet, recebemos milhares de cartas e telegramas”, lembra a feminista. Com a ajuda de juristas, o conselho transformou essas propostas na *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*, que serviu de base para o trabalho dos constituintes.

Em março de 1987, as integrantes do CNDM e deputadas entregaram a *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes* ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

“Tenho várias lembranças marcantes desse período, como o sentimento de solidariedade dos mais diversos movimentos de mulheres de todo o país. Mas também lembro de sentir o peso das forças contrárias ao nosso avanço”, recorda Pitanguy.

Graças à pressão das mulheres, cerca de 80% da *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes* foi incluída na Constituição de 1988.

Lobby do Batom

Com os slogans “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher” e “Constituinte sem mulher fica pela metade”, a campanha Mulher e Constituinte era uma resposta à baixa representação feminina na política institucional: em 1935, a elaboração do texto constitucional teve a participação de somente uma mulher, a deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz. Em 1988, a situação era melhor, mas ainda muito desigual: dos 559 parlamentares da Constituinte, 26 eram mulheres.

“Quando os parlamentares iniciaram os trabalhos da Constituinte, eu e grupos de mulheres íamos diariamente ao Congresso para visitar lideranças de todos os partidos”, conta Pitanguy. “Para cada capítulo que era discutido, e que era de interesse das mulheres, apresentávamos nossas propostas. Se era um tema de direitos trabalhistas e benefícios sociais, por exemplo, íamos acompanhadas de empregadas domésticas, trabalhadoras e sindicalistas.”

Essa articulação do CNDM e de demais mulheres da sociedade civil em geral no Congresso ficou conhecida como Lobby do Batom. “Alguns congressistas tentaram nos diminuir e diziam pejorativamente ‘lá vem as mulheres de batom’. Então decidimos assumir o título de O Lobby do Batom como uma estratégia de luta pelos direitos das mulheres e começamos a usar esse nome nos nossos materiais, campanha e publicações.”

“O Lobby do Batom era uma forma irônica de as mulheres se identificarem fora da Câmara dos Deputados. Dentro da Câmara, a pauta das mulheres era representada pelas deputadas, conhecidas como Bancada Feminina”, lembra a historiadora Celi Pinto. “É muito significativo que mulheres de vários partidos e ideologias tenham se unido e buscado, num ambiente tão masculino e machista como a Câmara, uma representação a partir da própria condição de ser mulher”, analisa.

Os avanços de 88

Para Pitanguy, uma das maiores contribuições da Constituição de 1988 para a população feminina é que o texto serviu de base para que fossem criadas legislações que abordassem especificamente os crimes contra a mulher, tipificando esses crimes.

Antes da Lei Maria da Penha, por exemplo, era comum que os agressores fossem punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas básicas, e não fossem presos. Com a nova lei, penas alternativas à prisão foram proibidas, e uma série de medidas de proteção à vítima e seus filhos foram criadas.

“Avançamos em várias áreas: nos direitos reprodutivos, conseguimos que se reconhecesse o direito de a mulher de decidir sem coerção sobre o número de filhos que deseja ter e que é dever do Estado fornecer meios e informações para tal decisão. Na área familiar, eliminamos a necessidade de um certificado de casamento para que se reconhecesse uma família”, explica a socióloga, lembrando que, até a Constituição de 1988, vigorava o Estatuto da Mulher Casada, que previa a necessidade de autorização do marido para as mulheres poderem trabalhar.

Na área trabalhista, Pitanguy lembra que a licença maternidade foi estendida de 84 dias para 4 meses e que a licença paternidade foi instituída. “Também avançamos na afirmação de direitos trabalhistas e previdenciários para empregadas domésticas, que foram consolidados com a PEC das Domésticas de 2012.”

A feminista também destaca a conquista para as mulheres rurais do direito à titularidade da terra e, para as mulheres presidiárias, o direito de amamentar os filhos.

Celi Pinto aponta, no entanto, que questões como o direito ao aborto e o reconhecimento do direito à livre expressão sexual para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros não foram contemplados até hoje.

Para a historiadora, o movimento das mulheres em 1987 e 1988 em torno da Constituinte havia sido a maior mobilização feminina na história do Brasil – até 2018. “Ou melhor, até as eleições presidenciais de 2018, já que a maior mobilização política das mulheres no Brasil está acontecendo neste momento, com o movimento #elenão.”

“Mais uma vez, vemos uma mobilização de mulheres acima das diferenças de classe e de raça, pois é uma luta contra o autoritarismo”, afirma Pinto. “O #elenão já mudou a relação das mulheres com a política nacional e terá efeitos muito impactantes nas próximas eleições. Acredito que a política brasileira não será mais a mesma após esta mobilização.”

Laís Modelli

Na luta pela democracia:

mulheres se organizam para denunciar estado de exceção no Brasil

Mulheres de diversas inserções sociais criaram no último dia 3 de fevereiro o Comitê de Mulheres Pela Democracia, em São Paulo. De acordo com nota divulgada pelo grupo, a ação tem como objetivo “denunciar o aprofundamento do [estado de exceção no Brasil](#) e a intolerável violação cotidiana aos direitos da cidadania e da soberania popular conquistados a partir de duras lutas, bem como construir formas eficazes de resistência à avalanche regressiva”.

[\(Católicas pelo Direito de Decidir, 06/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Católicas pelo Direito de Decidir integra o Comitê. Maria José Rosado, presidenta da organização, explica que o objetivo do grupo é [lutar pela democracia](#), incluindo o direito do [ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva](#) de ser candidato nas eleições deste ano. “O grupo é suprapartidário e defende que o Lula seja, como outras candidaturas, democraticamente, submetido ao voto popular”.

A ideia é mobilizar mulheres de todo o país, reconhecendo e unindo outros grupos e mobilizações. “Queremos que o maior número possível de mulheres venha a rua, se mobilize, se manifeste contra a cotidiana perda de direitos que acontece no Brasil”, comenta Rosado.

Inspirado no movimento argentino Mães da Praça de Maio, o Comitê se reunirá semanalmente no vão no MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, na Avenida Paulista. Os atos acontecerão após o Carnaval, às quartas e quintas-feiras, a partir das 17h.

Confira a nota abaixo:

No dia 03 de fevereiro de 2018 foi instalado na cidade de São Paulo mais um

Comitê de Mulheres Pela Democracia. Integrado por representantes de várias áreas do conhecimento e de movimentos da sociedade, tem como objetivo principal denunciar o aprofundamento do estado de exceção no Brasil e a intolerável violação cotidiana aos direitos da cidadania e da soberania popular conquistados a partir de duras lutas, bem como construir formas eficazes de resistência à avalanche regressiva.

As mulheres que o integram repudiam todas e quaisquer ações que desconstituam o estado social que a Constituição de 1988 buscou normatizar. Colocando -se na defesa intransigente dos direitos inscritos nessa Constituição, insurgem-se contra quaisquer iniciativas que impeçam as eleições soberanas em nosso país para que o voto popular seja livre e respeitado. Nesse cenário, colocam-se na defesa do direito de o ex-presidente Lula dela participar como candidato, garantindo-se um pleito legítimo que permita que os eleitores façam sua escolha validamente!

Judith Butler e o medo da igualdade, por Gisele Pereira

A filósofa [Judith Butler](#) esteve no Brasil em 2015 para participar do I Seminário Queer, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo. De volta ao País, a repercussão de sua vinda não ficou restrita ao meio acadêmico e militante familiarizado com a teoria queer. Antes mesmo de sua chegada, a norte-americana teve a oportunidade de experimentar o que costumamos chamar de tempos sombrios.

([Carta Capital, 08/11/2017 - acesse no site de origem](#))

Butler é professora dos departamentos de Retórica e de Literatura Comparada e codiretora do Programa de Teoria Crítica da Universidade da Califórnia. A pensadora retornou ao Brasil para participar de dois eventos, com temáticas distintas.

O primeiro foi a conferência “Por uma convivência democrática radical: Israel, Palestina e Coabitação Plural”, realizado na segunda-feira 6 pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Instituto de Cultura Árabe (Icarabe Brasil) e a Boitempo Editorial, com o apoio de *CartaCapital*. No evento também foi lançado sua obra [“Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo”](#).

Assim que foi anunciada a conferência, a filósofa tornou-se alvo da fúria desvairada que paira sobre nós e que tentou transformá-la em persona non grata em nossas terras pretensamente democráticas e “amigáveis”.

Não houve êxito em impedir sua vinda. Em poucos minutos esgotaram-se as inscrições para ouvi-la no teatro Marcos Lindenberg, na Unifesp. A hostilidade manifestadas por grupos conservadores e reacionários nos serve, porém, de alerta e reflexão a respeito dos rumos que querem determinar às nossas vidas. Hostilidade que se tornou lugar comum na censura a exposições de arte, currículo escolar e agora na tentativa de impedir que uma das mais importantes intelectuais de nossa época pudesse sequer pisar em nossas terras e ser ouvida por quem tivesse interesse.

Está aí um componente perigoso ao qual devemos nos atentar. Para estes grupos, não basta boicotar uma exposição ou uma palestra. É preciso proibi-las, censurá-las. Fazem uso intimidatório da censura também para nos amedrontar e matar nossa vontade de viver e de criar. Uma concepção medieval de caça às bruxas, onde livros e indivíduos eram queimados em nome de crença e moral religiosas estabelecidas como lei.

De acordo com as palavras da própria Butler, “a postura de ódio e censura é baseada em medo, medo de mudança, medo de deixar os outros viverem de uma maneira diferente da sua.”

Ao contrário daquilo que supõe a turba conservadora, que sequer se dedicou minimamente a conhecer seu pensamento, Butler reflete não apenas em torno das questões de gênero e da luta feminista. Ética, judaicidade e efeitos psíquicos do poder social são apenas algumas das temáticas sobre as quais ela se debruça.

Para um auditório cheio de espectadores ávidos em absorver suas ideias, Butler falou sobre os conflitos políticos, sociais, religiosos e históricos entre Israel e Palestina. Propôs o estabelecimento de um Estado binacional entre as regiões. No teatro, a pensadora propôs a seguinte reflexão: nenhum grupo deve ser destituído de seus direitos. É preciso haver a possibilidade da coabitação por meio da dissolução do poder colonial. Não pode haver exercício de poder e de violência sobre o sofrimento de um povo.

Para além dos conflitos no Oriente Médio, podemos trazer a mesma reflexão para a realidade de nosso País, cuja história é demarcada pela colonização econômica, política e religiosa, que incorpora o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa em sua prática. Também é Butler quem nos leva a entender o valor desigual das vidas humanas dentro desse sistema. Na lógica capitalista, racista e patriarcal, algumas vidas importam, enquanto outras podem ser descartadas.

O segundo evento do qual Butler participou no Brasil foi o seminário internacional “Os fins da Democracia: Estratégias Populistas, Ceticismo sobre a Democracia e a Busca por Soberania Popular”, organizado pela Universidade de São Paulo (USP) em colaboração com a Universidade da Califórnia, e realizado no Sesc Pompeia entre 7 e 9 de novembro.

A seguir, a íntegra da palestra de Judith Butler na Unifesp:

O evento no Sesc Pompeia igualmente dialoga com os tempos de democracia frágil vividos atualmente no Brasil, sem perder de vista o cenário latino-americano de constante esgarçamento das lutas populares em detrimento de agendas imperialistas e colonizadoras que se utilizam de uma ampla gama de opressões para pautar os rumos das nações.

Agendas que promovem e se sustentam no medo à igualdade. Não a igualdade liberal, indistinta frente às diferenças de necessidades e condições. Mas a igualdade que reconhece a legitimidade das diferenças. Este medo dos “corpos movendo-se livremente dentro de uma democracia” é também o medo da própria democracia, que, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, “foi sempre um lamentável mal entendido” em nossas terras.

Na pseudodemocracia atual, o ato de “manifestar sua opinião”, ainda que ela fira direitos fundamentais de diversos grupos sociais, é defendido como “direito”. Reivindicar projetos autoritários e excludentes de poder como solução política e moral de alguma maneira parece encaixar-se no que entendem por democracia. Censurar, enaltecer a tortura e a execução sumária de quem ousa pensar e questionar os privilégios também parece caber.

Os gritos de “[queimem a bruxa](#)” de manifestantes em frente ao Sesc não são figuras de linguagem. São expressão de quem, dominado pelo medo, não é capaz de conhecer. E sabemos que a ignorância é a mais forte aliada da tirania.

De fato se teme o que se desconhece e é preciso conhecer para superar o medo. Um paradoxo que precisa ser encarado. [Como diz Butler](#): “Precisamos ser capazes de abrir nossas mentes para entender com quem co-habitamos no mundo, não para subordiná-los a uma forma de viver, mas para aceitar modos de vida no plural, a complexidade de que somos feitos.”

Só deve temer a igualdade quem na relação desigual sustenta-se no privilégio. E estes são muito poucos.

Por Gisele Pereira

Colaboraram Leandro Noronha da Fonseca e Elisa Gargiulo Rosa

Mulheres negras organizam luta por direitos, contra o racismo e pela democracia

Rede de Mulheres Negras de Pernambuco realiza atividades que marcam o Julho das Pretas em todo o estado

(Brasil de Fato, 29/07/2017 - acesse no site de origem)

Na última terça-feira, 25 de julho, foi celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha e o nacionalmente o Dia de Tereza de Benguela, mulher negra que liderou um dos quilombos, no século XVII, no Centro-Oeste do país. Dia de lembrar nossas heroínas negras, a importância das mulheres negras na construção da sociedade brasileira, na América Latina e no Caribe, do seu papel nas diversas conquistas que impactam as vidas das pessoas todos os dias. Dia também de não esquecer os desafios a serem vencidos, como o racismo e o machismo, e dia de levantar as demandas que não podem ser esquecidas, que violam os direitos já conquistados, e a luta pela efetivação de outros direitos.

“É importante [a data] para que a sociedade no geral e as mulheres negras, principalmente, possam incorporar essa agenda que é definida por nós mulheres negras, a partir da nossa forma de pensar e agir e fazer político”, explica Piedade Marques, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, organização que montou o “Julho das Pretas”, com uma programação durante todo o mês para celebrar, mas também refletir a data. “O Julho das Pretas é uma ação que a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, e que a gente compõe a coordenação, definiu de forma conjunta em todos os estados do Nordeste, que além de falar o sobre o dia internacional, é refletir sobre a nossa situação na atual conjuntura”, explica Piedade.

Uma das atividades realizadas pela rede foi o Debate Público “Contra o racismo e pela democracia: mulheres negras em luta por seus direitos”, que aconteceu no dia 25 de julho, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Informática, Processamento de Dados e Tecnologia da Informação (SINDPD), na Boa Vista e foi aberta ao público. A atividade contou com uma análise de conjuntura que provocou um debate sobre o atual momento político e a relação dele com a vida das mulheres negras. “Um resgate da construção histórica e política, mas também a como a situação atual rebate nas nossas vidas. A gente tem plena convicção de que o racismo é uma das questões importantes no debate da democracia, e nesse momento em que a população como um todo está perdendo direitos, é refletir sobre isso. Até porque parte dos direitos ainda não estavam consolidados”, explica

Piedade.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco realizou ao longo do mês atividades no Recife e no interior do estado, como nas cidades de Garanhuns e Petrolina. “Importante reforçar que a luta é nossa e construída por nós. O dia 25 de julho se estabeleceu como dia pelas mulheres negras latinoamericanas e caribenhas a partir de nossa ação. A gente que define o que a gente politicamente quer. E isso é algo que a gente não abre mão, do nosso protagonismo que é importante de ser reafirmado”, reafirma Piedade.

Catarina de Angola; Edição: Monyse Ravena

Café com Luta com Eleonora Menicucci e Ivone Gebara - São Paulo/SP, 27/06/2017

O desmonte da nossa jovem democracia vem acompanhado de um imenso retrocesso nas conquistas das políticas públicas para as mulheres e para os demais grupos desprotegidos. Essa derrocada patriarcal e racista ganha novos contornos com o avanço dos fundamentalismos no legislativo brasileiro. Nosso enfrentamento se fortalece a partir de reflexões conjuntas para articularmos ações estratégicas de resistência e existência.

[\(Católicas Pelo Direito de Decidir, 13/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Para refletir sobre esse cenário, nosso já famoso bate papo ao vivo “Café com Luta”, com o apoio da Fundação Heinrich Böll, contará com a ex-ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Eleonora Menicucci e a teóloga e filósofa feminista Ivone Gebara. A mesa se propõe a pensar como a religião em sua manifestação fundamentalista vem atuando de modo a

entravar o avanço ou mesmo a garantia dos direitos das mulheres, impactando também a cultura, as leis e a efetivação de políticas públicas.

DIREITOS DAS MULHERES, DEMOCRACIA E RELIGIÃO



Ivone Gebara
Teóloga e filósofa feminista



Eleonora Menicucci
Socióloga e Ex-Ministra
da Secretaria de Políticas
para as Mulheres

27 de junho de 2017 (terça), às 19h.
Vagas limitadas! Inscrição no catolicas.org.br



A situação recente vivenciada por Eleonora Menicucci no lastimável caso “Frota” - onde se deu a inversão da justiça condenando quem denuncia o crime de apologia ao estupro - demonstra o quanto a cultura misógina (da qual as religiões são reprodutoras) está arraigada na sociedade e influencia não só parlamentares e poder executivo, mas também juízes e agentes públicos no exercício de suas funções.

Participe aqui com a gente ou assista ao vivo pelo Facebook de Católicas pelo Direito de Decidir!

Vem debater com Católicas!

As vagas são limitadas. Interessad@s devem se inscrever [neste link](#).

Quem estiver fora de São Paulo poderá acompanhar o debate ao vivo pelo [nosso Facebook](#).

Serviço:

Café com Luta: Direitos das mulheres, democracia e religião, com Eleonora Menicucci e Ivone Gebara.

Quando? Terça, dia 27 de junho de 2017.

Horário? Das 19h às 21h30.

Onde? Sede de Católicas: Rua Martiniano de Carvalho, nº 71, casa 11, Bela Vista, SP

Quanto? Gratuito.

Católicas pelo Direito de Decidir

Assessoria de Imprensa

comunicacao@catolicas.org.br

Telefone: (11) 3541-3476

FNDC repudia ataque de Danilo Gentili à deputada Maria do

Rosário

A defesa da liberdade de expressão não pode servir de salvaguarda a discursos de ódio, disseminação de preconceito e crimes de quaisquer natureza

Liberdade de expressão não é salvaguarda para discursos de ódio, disseminação de preconceito e crimes de qualquer natureza. Por isso, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem a público prestar solidariedade à deputada Maria do Rosário, histórica defensora dos direitos humanos, e repudiar o discurso misógino, autoritário e criminoso do pseudo-comediante Danilo Gentili em vídeo publicado no Facebook nesta segunda-feira (29/5).

[\(Portal FNDC, 30/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

No vídeo, Gentili rasga uma notificação enviada pela deputada, esfrega os retalhos de papel na genitália, coloca de volta no envelope e orienta a parlamentar a “abrir a bunda e enfiar”. Antes do espetáculo de mau gosto, Gentili destaca a parte da palavra “deputada”, deixando à mostra somente “puta”, numa clara adjetivação misógina. Em seu Twitter, a deputada informou que processará o “humorista”, qualificando-o como “machista e autoritário”.

Ouçá também: [Fórum repudia ato de Danilo Gentili contra deputada Maria do Rosário \(Viva Maria, 01/06/2017\)](#)

Ao idealizar e propagar a campanha Calar Jamais!, de denúncias às violações à liberdade de expressão, o FNDC se coloca ao lado de jornalistas, comunicadores, blogueiros, intelectuais, estudantes, professores, militantes e ativistas de causas populares que enfrentam as mais diversas formas de censura e ataques à sua liberdade de expressão por parte do Estado e suas instituições, nas três esferas de poder, e também por parte da iniciativa privada, especialmente após o golpe articulado com ajuda dos setores mais obscuros da sociedade.

Leia também:

[#MexeuComUma #MexeuComTodas \(Senado Federal, 30/05/2017\)](#)

[Maria do Rosário diz que vai à Justiça contra Danilo Gentili: 'Machista e autoritário' \(Jornal Extra, 30/05/2017\)](#)

[Danilo Gentili dá aula de como ser uma péssima pessoa \(R7 Entretenimento, 31/05/2017\)](#)

A defesa da liberdade de expressão e a luta por uma comunicação democrática são essenciais para a democracia. O FNDC reitera, no entanto, que não há nada de democrático em usar espaços em emissoras de rádio e televisão, que são concessões públicas, ou aproveitar a projeção destes meios, para incitar o ódio, ofender publicamente quem quer que seja. O exercício da liberdade de expressão e de imprensa requer responsabilidade.

A atitude de Danilo Gentili comprova a nocividade de uma mídia partidária e tendenciosa, que ano após ano faz florescer na população um sentimento de ódio e desprezo a todos os que atuam no campo da defesa dos direitos humanos e das minorias. Atitudes que não guardam qualquer relação com a liberdade de expressão. Esperamos que o poder Judiciário e o próprio Executivo não façam vistas grossas ao crime cometido por ele.

#CalarJamais

#MachistasFascistasNãoPassarão

Mulheres apoiam nota de Dilma em crítica à sórdida capa de Veja sobre Marisa

Texto assinado por diversas mulheres do meio político, além de ativistas e entidades, entre elas a ex-ministra Eleonora Menicucci, diz que as “mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero” apoiam a nota divulgada pela presidente deposta Dilma Rousseff,

que condena “o jornalismo desqualificado e grotesco” da revista Veja; “A revista Veja desta semana julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou”, diz a carta; leia a íntegra.

[\(Brasil 247, 15/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

247 - Um carta assinada por diversas mulheres do meio político, além de ativistas e entidades, diz que as “mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero” apoiam a nota divulgada pela presidente deposta Dilma Rousseff, que condena a capa da revista Veja sobre Marisa Letícia.

Na nota, Dilma afirma que “o Brasil não merece esse jornalismo desqualificado e grotesco” e que a publicação não respeitou a ex-primeira-dama enquanto viva, nem depois de morta.

“A revista Veja desta semana julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou”, diz a carta das mulheres, destacando Marisa como “uma das mais queridas figuras da história recente de nosso País”.

Leia abaixo a íntegra:

Mulheres apoiam a nota de Dilma Rousseff: “Veja ataca covardemente Marisa Letícia”

Nós, mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero, com a luta pela democracia e a volta do estado de Direito Democrático em nosso país, apoiamos a nota que a Presidenta eleita e reeleita no Brasil, como a primeira mulher a governar o Brasil, soltou hoje - dia 13/05/17 em repúdio a Revista Veja e em solidariedade à Dona Marisa Letícia Lula da Silva, outra grande e guerreira mulher brasileira.

Uma das mais queridas figuras da história recente de nosso País, Marisa Letícia Lula da Silva faleceu em fevereiro, vítima de um persistente e injusto ataque. Feriram a ela, ao seu companheiro de vida, seus filhos, enfim, a toda a família. Uma mulher que amava seu País e tinha profundo compromisso

com o povo brasileiro. Agora, mesmo depois de sua morte, continua sendo alvo da mais cruel perseguição pela mídia.

Não foi suficiente a devassa sofrida em seu lar, vasculhado por policiais, na vida privada invadida, na pressão sobre filhos e netos. Não bastaram os grampos injustificados e as acusações sem provas que corroeram sua saúde.

A revista Veja, desta semana, julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou. Essa campanha perversa e sórdida de destruição da imagem do ex-presidente Lula usa do que há de pior no jornalismo para levantar as mais perversas calúnias e falsidades.

O Brasil não merece esse jornalismo desqualificado e grotesco. Se não a respeitaram em vida que a respeitem depois de morta.

Assinam:

Secretaria Nacional de Mulheres da CUT Nacional;Secretaria Nacional de Mulheres do PT,

Partida Feminista do PR

Eleonora Menicucci, Tereza Campelo, Nilma Gomes, Miriam Belchior, Ines Magalhães, Gleisi Hoffman, Fatima Bezerra, Maria do Rosário, Benedita da Silva, Iriny Lopes, Denise Mota Dau, Carmem Foro, Francly Guedes, Guiomar Lopes, Maria Celeste Martins, Ludmila Mafra,Ana Maria Costa ,Antonia de Araújo, Juliana Cardoso, Juliana Bemfica, Monica Lima, Betania Ávila. Associação Ciranda das Mulheres de Feira de Santana, Andrea Esmeralda, Debora Lann, Maria Eugênia Castilho, Elisabete Cruz, Virginia Barrel, Lucia Reali, Claudia Dutra, Ana Paula Duarte, Terezinha Gonçalves, Juliana Bueno, Linda Goulart, Raimunda Damascena, Rosa de Lourdes Santos, Simone Schaffer, entre outras 300 mulheres